

Bolsonaro e militares ficam na mira de inquérito sobre organização criminosa

Alvo do STF, apuração das milícias digitais é vista como principal anteparo contra investidas golpistas do presidente da República

Fabio Serapião

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro (PL), militares e integrantes do governo entraram na mira da apuração sobre uma suposta organização criminosa investigada pela Polícia Federal por ataques às instituições e disseminação de desinformação.

Isso ocorre devido à junção da apuração sobre a live de 29 de julho de 2021 — em que Bolsonaro fez seu maior ataque ao sistema eleitoral brasileiro — com o caso das milícias digitais, vinculação ordenada pelo ministro Alexandre de Moraes, relator das apurações no Supremo Tribunal Federal.

A investigação da PF sobre a live aponta que o uso das instituições públicas para buscar informações contra as urnas vem desde 2019 e envolveu, além de Bolsonaro, o general Luiz Eduardo Ramos e a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), atrelada ao Gabinete de Segurança Institucional chefiado pelo também general Augusto Heleno.

Além de Bolsonaro e dos dois generais, entram na mira da PF a partir de agora o ex-diretor-geral da Abin, Alexandre Ramagem, o ministro da Justiça, Anderson Torres, e o coronel do Exército Eduardo Gomes da Silva, responsável por apressar as suspeitas de fraudes na live.

Também por ordem de Moraes, o caso das milícias digitais já havia sido abastecido com informações do inquérito das fake news e com dados da investigação aberta para apurar o vazamento do inquérito sigiloso sobre o ataque hacker aos sistemas do Tribunal Superior Eleitoral.

O procedimento também herdou o conteúdo do inquérito dos atos antidemocráticos de março de 2020, após pedido de arquivamento feito por Augusto Aras, procurador-geral da República indicado por Bolsonaro.

Agora, com o material sobre a live em que Bolsonaro atacou sem provas as urnas eletrônicas, o inquérito é classificado por investigadores como principal anteparo contra possíveis investidas golpistas de Bolsonaro até a eleição e no período pós-eleitoral.

Além de servir como espaço para investigar possíveis novos ataques, o inquérito deve se debriçar sobretudo nos episódios em que o presidente e seus apoiadores atacaram as instituições e disseminaram desinformação desde 2019.

Devem entrar também na mira do caso das milícias digitais o vazamento do inquérito sobre o TSE, a disseminação de desinformação sobre vacinas e tratamento precoce e os preparativos para o 7 de setembro de 2021, quando o presidente ofendeu Moraes e também fez manifestações de cunho golpista.

O entendimento é que cada um desses episódios é um evento realizado pela mesma suposta organização criminosa investigada pela delegada Denise Ribeiro, atualmente em licença maternidade.

Ao indicar Jair Bolsonaro como figura central nos ataques às urnas, a delegada afirmou em um relatório que a rede investigada, e agora unificada no inquérito das milícias digitais, tem entre outros objetivos "diminuir a fronteira entre o que é verdade e o que é mentira".

"A prática visa, mais do que uma ferramenta de uso poli-



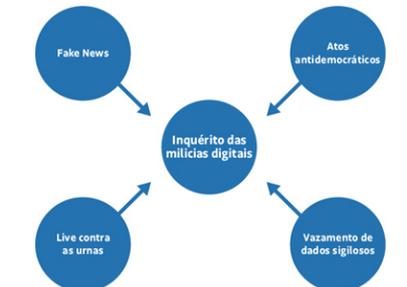
O presidente Jair Bolsonaro em live no dia 29 de julho de 2021. Reprodução

Live de Bolsonaro será investigada em inquérito do STF que apura organização criminosa

O Inquérito das milícias digitais foi instaurado em julho de 2021, investiga organização criminosa que atua na disseminação de desinformação e ataques às instituições

Criado em março de 2019 por Dias Toffoli, então presidente do STF, para apurar ataques contra integrantes da corte. Alexandre de Moraes é indicado por ele como relator do caso

Criado em abril de 2020. Em julho de 2021, Alexandre de Moraes acata pedido da PGR para arquivar inquérito, mas envia provas para o das milícias digitais



Aberto em agosto de 2021, a pedido do TSE e STF, para apurar live em que Bolsonaro levanta suspeita sem provas contra o sistema eleitoral

Aberto em setembro 2021, para investigar vazamento de Jair Bolsonaro de inquérito sigiloso sobre ataque hacker aos sistemas do TSE

MORAES DIZ QUE JUDICIÁRIO NÃO VAI SE ACOVARDAR

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, afirmou que o Poder Judiciário não vai se acovardar frente a movimentos populistas de extrema-direita e que a democracia brasileira será garantida com eleições limpas realizadas com o uso de urnas eletrônicas. "Tenho certeza que nós vamos garantir a democracia no Brasil com eleições limpas transparentes por urnas eletrônicas", afirmou, destacando que o vencedor será diplomado no dia 19 de dezembro.

tico-ideológico, um meio para obtenção de lucro, a partir de sistemas de monetização oferecidos pelas plataformas de redes sociais", diz relatório da PF.

"Segundo a investigação, quanto mais polêmica e afrontosa às instituições for a mensagem divulgada, maior o impacto no número de visualizações e doações".

"Aumentando a polarização e gerando instabilidade por alimentar a suspeição do processo eleitoral, ao mesmo tempo que promove a antecipação da campanha de 2022 por meio das redes sociais".

Na PF, a invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, é utilizada para explicar o inquérito das milícias digitais e como ele pode servir para conter as investidas de Bolsonaro e de seus apoiadores.

Os investigadores afirmam que, no caso americano, o método de atuação utilizado pelos envolvidos na preparação, na mobilização nas redes e na invasão em si foi entendido após o ocorrido.

No Brasil, como o método dos bolsonaristas já foi mapeado nas investigações anteriores, o inquérito servirá para investigar os novos eventos.

Eles lembram que, como organização criminosa é um crime permanente, o objetivo a partir de identificar os cascos pa-

ra enquadrá-los e investigá-los quando eventos praticados pelo mesmo grupo.

Caso o presidente e seus apoiadores voltem a atacar as instituições, como o TSE, por exemplo, ou disseminar informações falsas, assim como fizeram sobre as urnas, o inquérito poderá servir para investigá-los.

O episódio da live de 29 de julho é visto como um dos mais emblemáticos porque mostra como Bolsonaro se valeu das instituições para fins pessoais — atacar as urnas eletrônicas.

Além da Presidência, a Casa Civil, então chefiada por Luiz Eduardo Ramos, a Abin, o GSI, comandado por Augusto Heleno e o Ministério da Justiça atuaram para buscar informações utilizadas por Bolsonaro para levantar suspeitas falsas sobre a urna.

Anderson Torres tentou utilizar a própria PF ao levar peritos do órgão para uma reunião no Palácio do Planalto.

Mesmo após os peritos afirmarem que suas análises não apontavam para fraude, Torres participou da live e utilizou os relatórios.

Segundo a PF, além de Torres, o general Ramos e a Abin, sob tutela do GSI de Heleno, sabiam das fragilidades nas teses que seriam utilizadas e mesmo assim continuaram com a organização da live.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4